

FATORES INTEGRATIVOS ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA CIRCULAR

INTEGRATIVE FACTORS BETWEEN THE SOLIDARITY ECONOMY AND THE CIRCULAR ECONOMY

FACTORES DE INTEGRACIÓN ENTRE LA ECONOMÍA SOLIDARIA Y LA ECONOMÍA CIRCULAR

Anderson da Trindade Marcelino

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (2018) /
trindade.tda@gmail.com

José Mancinelli Lêdo do Nascimento

Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (2014) /
jmledoufpb@gmail.com

Thelma Flaviana Rodrigues dos Santos

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2020) /
thelfrs@yahoo.com.br

Danilo Raimundo de Arruda

Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014) / dr_arruda@yahoo.com.br

Fillipe Prudêncio Nascimento Silva

Bacharel em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (2019) /
fillipe.pds@gmail.com

Resumo

Poucos artigos científicos trabalham na interseção entre as abordagens da Economia Solidária e da Economia Circular, contudo, sem aprofundar entendimentos conceituais sobre cada abordagem, e tendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) como ponto de chegada. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo articular as abordagens da Economia Solidária e da Economia Circular, evidenciando os principais fatores determinantes dessa

interseção. Para tanto, busca-se entender nuances conceituais e históricas de cada uma e, em seguida, analisa-se como é possível integrar tais abordagens em direção a uma abordagem solidária e circular. Como resultado, identificou-se que as duas abordagens estudadas são convergentes pela visão integrativa dos fatores: foco, motivação, emancipação e gerenciamento, os quais são desdobrados em atributos de aferição do modelo de produção e consumo contemporâneo.

Palavras-chave: Economia solidária; economia circular; economia solidária e circular.

Summary

Few scientific articles work at the intersection between the approaches of Solidarity Economy and Circular Economy, however, without deepening conceptual understandings about each approach, and having Brazilian National Solid Waste Policy (PNRS) as a point of arrival. Therefore, this article aims to articulate the Solidarity Economy and Circular Economy approaches, highlighting the main determinants of this intersection. To this end, we seek to understand the conceptual and historical nuances of each one and then analyze how it is possible to integrate such approaches towards a solidary and circular approach. As a result, it was identified that the two approaches studied are convergent by the integrative view of the factors: focus, motivation, emancipation and management, which are unfolded in attributes of gauging the contemporary model of production and consumption.

Keywords: Solidary economy; circular economy; solidary and circular economy.

Resumen

Poucos artigos científicos trabalham na interseção between as abordagens da Economia Solidária e da Economia Circular, contudo, sem aprofundar entendimentos conceituais about each abordagem, and tendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) as ponto of chegada. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo articular as abordagens da Economia Solidária e da Economia Circular, evidenciando os principais fatores determinantes dessa interseção. Para tanto, busca-se entender matices conceituais e históricas de cada uma e, em seguida, analisa-se como é possível integrar tais abordagens em direção a uma abordagem solidária e circular. Como resultado, identificou-se que as duas abordagens estudadas são convergentes pela visão integrativa dos fatores: foco, motivação, emancipação e gerenciamento, os quais são desdobrados em atributos de aferição do modelo de produção e consumo contemporâneo.

Palabras clave: Economía solidária; economía circular; economía solidária y circular.

1. INTRODUÇÃO

Diversas inovações são fomentadas pelo conhecimento técnico-científico para contornar ou mesmo evitar crises econômicas, sociais e ambientais que ameaçam a vida em sociedade. Por um lado, inovações tecnológicas resultam em produtos e serviços que alimentam as lógicas do consumo e do descarte. Por outro lado, inovações gerenciais resultam em processos alinhados às lógicas da eficiência e da produtividade. Ambas buscam melhorar a qualidade de vida dos envolvidos.

Recentemente, o conceito da sustentabilidade passou a chamar atenção para a melhoria da qualidade ambiental, questionando o desenvolvimento econômico baseado na exploração irrefletida dos recursos naturais. A lógica, portanto, consiste em buscar o desenvolvimento sustentável, equilibrando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Tal mentalidade acabou modificando algumas práticas de produção e de consumo, tornando-as verdes ou ambientalmente corretas, com menos impactos ambientais.

No entanto, o modelo de produção/consumo predominante ainda continua operando sob a lógica da Economia Linear (EL), que consiste na exploração de recursos naturais, produção de produtos e serviços, consumo e descarte de volta na natureza. Dentro da EL, surgiu a logística reversa como desenvolvimento teórico e prático para minimizar impactos ambientais, levando resíduos recicláveis de volta ao processo de produção. No entanto, ainda existem resíduos que são descartados na natureza, tornando o modelo insustentável.

Contrapondo-se à mentalidade da EL, e tendo a sustentabilidade como premissa, a Economia Circular (EC) passa a ser desenvolvida como uma abordagem que busca redefinir a noção de crescimento. Partindo da lógica da eliminação de resíduos do sistema por princípio e da busca por fontes de energia renováveis, busca-se minimizar o consumo de recursos finitos e evitar que resíduos retornem à natureza, não apenas pela reciclagem, mas também pela remanufatura. É possível entender essa concepção como um passo além da logística reversa.

Na medida em que organizações passam a surgir alinhadas com a causa ambiental, mas também visando geração de emprego e renda, a exemplo das associações e cooperativas de catadores de recicláveis, minimiza-se os impactos ambientais e sociais. Uma vez que a Economia Solidária (ES) também surge se contrapondo à lógica econômica dominante, fomentando novas relações de produção sustentáveis e inclusivas, a partir emancipação do trabalhador, é possível haver aproximações entre a EC e a ES.

Na tentativa de entender melhor convergências e divergências entre tais economias, uma busca exploratória foi realizada em bases de dados específicas, como *Web of Science*, *Scielo* e *Doaj*, com os termos “Economia Solidária AND Economia Circular”. A busca foi refinada com a utilização dos filtros: artigos revisados por pares, em língua portuguesa e dentro dos últimos dez anos. Após minuciosa análise do banco de dados, constatou-se os seguintes artigos trabalhando, de fato, na interseção das duas temáticas: Araújo e Vieira (2017), Ribeiro (2017) e Mendonça *et al*, (2018). Contudo, nenhum deles aproxima tais abordagens do ponto de vista teórico, articulando conceitos e suas dimensões, indo além da Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Diante das lacunas teóricas encontradas, o presente ensaio teórico tem como objetivo articular as abordagens da ES e da EC, evidenciando os principais fatores determinantes dessa interseção. Para tanto, busca-se entender nuances conceituais e históricas de cada uma e, em seguida, analisa-se como é possível integrar tais abordagens em direção a uma abordagem solidária e circular.

2. CONSTRUINDO ENTENDIMENTOS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA CIRCULAR

Apesar de cada abordagem ter sido concebida para um contexto e época específicas, e com focos distintos, é possível aproximar a Economia Solidária e a Economia Circular na direção de uma abordagem solidária e circular. Para tanto, faz-se necessário construir entendimentos sobre cada uma, o que inclui resgatar históricos, conceitos, dimensões, princípios, premissas etc. Após diferenciá-las, é possível tentar aproximar as mesmas, como será procedido a seguir.

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Ao longo das últimas décadas, empreendimentos sociais têm surgido visando fomentar emprego e renda, proporcionando inclusão social e dignidade através do trabalho solidário, preocupando-se ainda em propor um modelo produtivo sustentável. Atualmente, pode-se dizer que a Economia Solidária (ES) se refere, essencialmente, ao conjunto de iniciativas que, a partir de associações dos trabalhadores de forma livre e democrática, visam ganhos econômicos e benefícios como reconhecimento, qualidade de vida, cooperação, autonomia, interação sustentável entre os agentes, autogestão, conhecimentos e participação cidadã (Gaiger, 2009).

Por Economia Solidária (ES), pode-se entender como sendo “o processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma” (Singer, 2004, p. 1). Como resultado desse processo, tem-se “empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão” (Singer, 2004, p. 4).

Assim, empreendimentos econômicos solidários são formados por trabalhadores que, apenas secundariamente, são seus proprietários. Essa modalidade de organização do trabalho passa a ser entendida, também, como solidariedade em termos de redistribuição e reciprocidade (Lima, 2007). Na concepção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tais empreendimentos podem ser caracterizados a partir das seguintes modalidades de organização:

cooperativas, associações, empresas auto gestionárias, redes e cadeias produtivas, complexos cooperativos, centrais de comercialização e outras formas de organização do trabalho; Redes, Fóruns e Coletivos diversos de Economia Solidária, a relação entre empreendimentos, entidades de apoio e poder público; Finanças Solidárias: cooperativas de crédito, microcrédito, fundos rotativos, bancos comunitários, aval solidário etc.; Comercialização: comércio ético, justo e solidário, feiras, clubes de troca, consumo consciente; as Entidades e organizações da sociedade civil, entidade de fomento e apoio e outras organizações e movimentos sociais (MTE, 2007).

Segundo Gaiger (2003, p.183-184), “a economia solidária [surge] como uma resposta para os excluídos, como base de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como saída diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo”. Singer (2002, p.6) complementa afirmando que o “capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa”. Dessa forma, o capitalismo é o modo hegemônico de produção, mas não o único, e a ES passa a se apresentar como uma alternativa que pretende coexistir com o capital, sem eliminá-lo.

A Economia Solidária é, portanto, um modo de produção, comercialização, consumo e finanças que foge ao modelo capitalista, sem ter a pretensão de substituí-lo repentinamente. Enquanto no capitalismo as lógicas do lucro e da competitividade orquestram a ação dos indivíduos, na ES a lógica da solidariedade e da cooperação movem as pessoas a criar ou recriar

“novos” tipos de relações, voltadas ao bem comum de todos (Singer, 2002). Os defensores dessa proposta acreditam que, do fortalecimento destas experiências e da formação de redes solidárias, é possível construir uma alternativa viável aos que questionam o sistema capitalista ou que não encontram espaço neste (Sardá; Novaes, 2012).

Nesse sentido, Gadotti (2009) traz quatro princípios que caracterizam bem a ES: solidariedade, sustentabilidade, inclusão social e emancipação. A solidariedade é vista como principal diferencial dessa abordagem e como princípio fundamental da política social e ética, contrapondo-se à lógica hegemônica do capital, já que visa o desenvolvimento de uma comunidade de trabalhadores. A sustentabilidade está relacionada à vida em equilíbrio dinâmico entre os semelhantes e a natureza, e em harmonia com os diferentes. A inclusão social está relacionada ao acesso à renda e à redistribuição de renda e, por conseguinte, o acesso ao consumo, mas também a conhecimentos e oportunidades a pessoas que estão à margem da sociedade, sem muita oportunidade. E, por fim, a emancipação (social, política e econômica) consiste em libertar-se de relações de poder repressivas, buscando conquistar direitos, a partir de sindicatos e cooperativas, por exemplo.

As práticas solidárias, portanto, englobam a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, desenvolvimento autossustentado, responsabilidade social e ambiental, a formação de redes de movimentos sociais e de organização (Lima, 2007). Os benefícios da atividade econômica não se restringem a poucos, mas à coletividade envolvida no processo produtivo e de gestão, visando a melhoria da qualidade de vida de todos. Como será apresentado a seguir, as políticas e práticas da ES fomentadas no Brasil envolvem, por exemplo, a agricultura familiar, artesanato, reciclagem popular e finanças comunitárias.

2.1.1 Sobre a Economia Solidária no Brasil

Acerca das primeiras experiências da Economia Solidária no Brasil, autores como Leite (2012), Lima (2015), Leite, Araújo e Lima (2015) e Sígolo *et al.* (2019) demonstram como no final da década de 1980 e começo dos anos 1990 emergiam no Brasil uma série de experiências de cooperativismo e autogestão. Essas surgiam tanto a partir da organização dos próprios trabalhadores(as) em busca de geração de trabalho e renda, diante a falência de fábricas e do desemprego crescente, quanto por influência de movimentos sociais, do terceiro setor e da igreja católica, que traziam a proposta da ES como alternativa ao desemprego.

No Brasil, a ES ganhou força nos anos 2000, com a criação da Secretaria de Economia Solidária (SENAES), responsável pela elaboração e coordenação de políticas públicas intersetoriais de promoção ao associativismo e cooperativismo solidário. Nesse sentido, Sardá (2011) esclarece que

A criação da Senaes em junho de 2003 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é parte integrante da história de mobilização e articulação do movimento da economia solidária existente no país. No início deste século, a confluência de várias instituições, organizações e movimentos criou o Grupo Temático (GT) Brasileiro de Economia Solidária, cujo processo de articulação deu origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e à Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, ambos nascidos igualmente em 2003 (Sardá, 2011, p. 59-60).

Existem dificuldades em mapear os empreendimentos adeptos à proposta da ES, por seu caráter informal na maioria dos casos, não se tendo um número preciso de quantos empreendimentos solidários existem atualmente no Brasil. O primeiro mapeamento “ocorreu entre os anos de 2005 e 2007, tendo abordado 21.859 empreendimentos em 2.934 municípios brasileiros” (Silva; Carneiro, 2016, p. 69). Já o segundo mapeamento, realizado em 2013 pelo

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), identificou 19.708 empreendimentos de ES no Brasil (SIES, 2013).

Dentre as importantes conquistas do movimento da ES, pode-se citar: a integração da política nacional de Economia Solidária nos planos plurianuais de 2012–2015 e de 2016-2019; a aprovação do Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia (Lei 12.593/2012); e a consolidação do Plano Nacional de Economia Solidária, em 2015. Os avanços da ES em nível nacional vêm permitindo a consolidação de uma política pública que fomentava não apenas a geração de renda, mas também a promoção de formas alternativas de desenvolvimento local. Estas, por mais que não pretendam suplantam o atual sistema capitalista, oferecem uma alternativa a quem não encontra espaço no sistema ou discorda de sua lógica baseada na exploração do homem e do meio ambiente.

Os tempos áureos da ES no país levaram alguns estados a elaborarem suas próprias leis de Economia Solidária. Na Paraíba, por exemplo, em 2014, foi criada uma secretária especial voltada ao tema, inicialmente nomeada como Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (SESAES), sendo dividida e renomeada no ano de 2019, passando a se chamar Secretaria-Executiva de Economia Solidária (SESOL). Inicialmente, com o aporte de recursos federais e, posteriormente, com a consolidação de políticas intersetoriais locais, a Sesaes promoveu a criação e fortalecimento de milhares de empreendimentos econômicos solidários no estado, atuantes principalmente em quatro áreas: agricultura familiar, artesanato, reciclagem popular e finanças comunitárias.

Com a crise econômica, social e política da segunda década do século XXI, a Senaes teve seu orçamento drasticamente reduzido e foi rebaixada a uma subsecretaria do Ministério da Cidadania, logo no início de 2019, pelo Presidente Jair Bolsonaro. Apesar de ter sido restrita ao âmbito das políticas de assistência social e de renda, e não mais em termos de desenvolvimento local, a ES teve sua importância reconhecida ao final do mesmo ano, contraditoriamente, com a aprovação da Lei nº 13.928/19, que instituiu o dia 15 de dezembro como o dia da Economia Solidária no País.

Para finalizar esse tópico, convém ressaltar que “a economia solidária é vista também como um sistema socioeconômico aberto ampliado nos valores da cooperação e da solidariedade” (Singer, 2002, p. 92). Conforme complementa Gadotti (2009, p. 24), “a economia solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito”. A ES não surge para se contrapor ao modo capitalista de produção, mas para emancipar as pessoas excluídas por ele, estabelecendo novas modalidades de negócios voltados à solidariedade e à melhoria da qualidade de vida da coletividade. Em princípio seu foco é mais social do que ambiental, diferentemente da Economia Circular, como será abordada a seguir.

2.2 ECONOMIA CIRCULAR

A Economia Circular (EC), ou economia restaurativa por natureza, trata-se de um conceito desenvolvido na década de 1970 que pressupõe o abandono do modelo econômico linear, porém sem romper com o capitalismo. Mais precisamente, o termo surge pela primeira vez em 1976, no relatório de Walter R. Stahel e Geneviève Reday-Mulvey, intitulado "*Potential for Substitution Manpower for Energy*" (tradução livre: potencial para substituição de mão de obra por energia), apresentado à Comissão de Energia das Comunidades Europeias (Cosenza *et al.*, 2020).

Na Economia Linear (EL), as matérias primas são extraídas da natureza e transformadas em produtos/serviços, os quais são consumidos e, posteriormente, descartados, virando resíduos que retornam ao meio ambiente. Diante de impactos ambientais e da escassez de recursos naturais finitos, tal linearidade passou a ser transformada, a partir da década de 1980, com a

prática da reciclagem de parte dos materiais que seriam descartados como resíduos, voltando para o processo produtivo pela Logística Reversa, o que ainda não é o ideal para a EC.

Contrapondo-se ao mesmo, e visando contornar externalidades do modo capitalista de produção, a Economia Circular surge como alternativa mais sustentável de produção e consumo, a partir de um modelo de economia industrial restaurador por natureza. Aplicações práticas para os processos industriais são desenvolvidas de modo a não haver nenhum resíduo sendo destinado à natureza, fazendo tudo retornar ao processo produtivo como matéria-prima reutilizada ou remanufatura. Daí a ideia de ciclos fechados.

Vale salientar que a EC parece uma novidade recente, mas começou a ser desenvolvida em 1982, a partir da publicação do artigo de Stahel, intitulado “*The Product-Life Factor*”, no qual se abordou a necessidade de se estender a vida útil dos bens produzidos, de modo a evitar o esgotamento dos recursos naturais (Cosenza *et al.*, 2020). Tal publicação trouxe, ainda, uma modelagem de economia em circuito fechado, sendo importante para o desenvolvimento da área da sustentabilidade industrial (Leitão, 2015). Apenas na década seguinte é que a gestão de resíduos em ciclos fechados resultaria em políticas públicas.

Conforme Sehnem e Pereira (2019, p.38), “o precursor na implantação do conceito de economia circular foi a Alemanha, no ano de 1996, mediante a aprovação de uma lei de gestão das substâncias tóxicas e a gestão de resíduos em ciclo fechado”. No entanto, o primeiro marco legal de fomento à EC foi estabelecido pela China em 2008, como estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social (Foster, 2016). Em 2014, a União Europeia (UE) aprovou um plano de ação para fomentar a EC e acabar com os resíduos na Europa, estimulando a reciclagem e a reutilização dos mesmos (Cosenza *et al.*, 2020). Vários países estão alinhados a essa causa, incluindo: Japão, Reino Unido, França, Canadá, Holanda, Suécia e Finlândia (Pimenta *et al.*, 2018).

A EC tem se mostrado como uma alternativa atraente que busca redefinir a noção de crescimento, com foco em benefícios para toda a sociedade. Isto envolve dissociar a atividade econômica do consumo de recursos finitos, e eliminar resíduos do sistema por princípio. De acordo com Azevedo (2015, p. 2), a EC está sendo “atualmente aplicada pela grande maioria das empresas, para a implantação de um modelo no qual todos os tipos de materiais são elaborados para circular de forma eficiente e serem recolocados na produção, sem perda da qualidade”.

É possível perceber que a EC vai se sustentando também no tripé econômico-ambiental-social da sustentabilidade (Barbieri, 2017), sob a perspectiva capitalista, mas bem alinhada à ética ambiental, de modo que as práticas das organizações se tornem mais limpas e sustentáveis. Como complementam Pimenta *et al.*, (2018, p.529), “apoiada por uma transição para fontes de energia renovável, o modelo circular constrói capital econômico, natural e social”. Segundo os autores, a EC se apoia em três princípios fundamentais: eliminar resíduos e poluição desde o princípio; manter produtos e materiais em ciclos de uso; e regenerar sistemas naturais. Isso engloba os conceitos de desperdício zero, ciclo fechado, eficiência de recursos, evicção de resíduos, reutilização e reciclagem, o que representa não apenas mudanças nos sistemas de produção, mas também na mentalidade de consumo.

A EC é fundamentada em algumas práticas e escolas de pensamento, que, em linhas gerais, consistem na: concepção de designs inspirados nos sistemas vivos (Biomimetismo); regeneração de recursos renováveis (*Design Regenerativo*); extensão da vida útil de um produto (Economia de Desempenho); recuperação e reutilização de componentes biológicos e tecnológicos (*Cradle to Cradle*); análise do fluxo de materiais e de energia no sistema industrial, fechando os ciclos de produção (Ecologia Industrial); criação de fluxos em cascata, de modo que os resíduos de um sistema possam dar origem a outros (Economia Azul); e criação de ecossistemas agrícolas produtivos (Permacultura) (Sehnen; Pereira, 2019). Pode-se perceber que produtos e processos são concebidos visando a harmonia entre produção e natureza.

A EC trabalha dividindo o uso de matérias em dois tipos de fluxos: nutrientes biológicos e nutrientes tecnológicos, os quais estão presentes nos ciclos biológicos e técnicos, respectivamente. No ciclo biológico, os resíduos provenientes do consumo podem ser biodegradados, servindo de nutrientes para plantas e animais, por exemplo. Por outro lado, no ciclo técnico, após o descarte de produtos, pode-se recuperá-los ou desmontá-los, recuperando nutrientes técnicos, os quais podem ser peças e materiais, cujos encadeamentos podem ser visualizados na Figura 1.

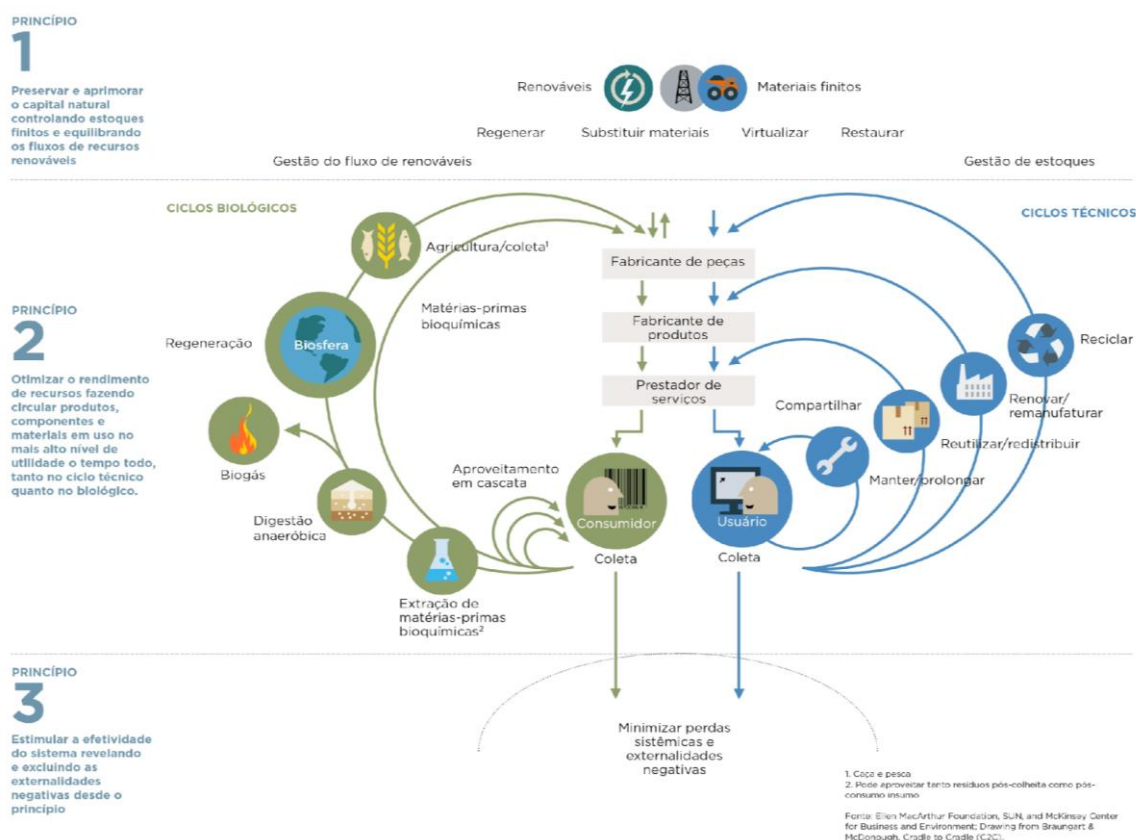


Figura 1 – Ciclos da Economia Circular

Fonte: FEM (2015, p.6).

Três princípios regem o funcionamento dos ciclos técnico e biológico: preservação e aprimoramento do capital natural, controlando estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis; otimização do rendimento dos recursos, fazendo circular produtos, componentes e materiais em uso, no mais alto nível de utilidade o tempo todo, tanto no ciclo técnico quanto no biológico; e o estímulo à efetividade do sistema, revelando e excluindo as externalidades negativas desde o princípio (FEM, 2015). Pode-se perceber que resíduos podem virar recursos, a partir de outros Rs da EC: reutilização, redistribuição, reparação, renovação, remanufatura e reciclagem.

O princípio central da EC é o *design* de produtos e serviços para circularidade na cadeia produtiva (em ciclos contínuos), aumentando sua longevidade, durabilidade, potencial de reparo, possibilidades de atualização (*upgrade*), reuso, remanufatura e reciclagem. Existem quatro vertentes para um projeto orientado sobre os princípios da EC, a saber: projeto para longevidade; projeto para a prestação de serviços (ou *leasing* dos produtos); projeto para o reuso e remanufatura; e projeto para recuperação (Ribeiro; Kruglianskas, 2014).

De acordo com Cosenza *et al.* (2020, p. 9), a EC “oferece uma plataforma de benefícios em matéria de gestão de resíduos”, os quais podem ser distribuídos em quatro macro áreas: econômica (oportunidades de crescimento econômico e inovação); social (oportunidades de

emprego); ambiental (redução dos impactos ambientais); e recursos (diminuição de consumo de matérias primas). Os autores acrescentam ainda que “urge redefinir um novo padrão industrial capaz de caracterizar melhor os conceitos de reutilização, reparo e renovação de materiais e energia” (Cosenza *et al.*, 2020, p. 9). De maneira didática e ilustrativa, apresentam um plano de ação para adoção da EC, tomando por base o Plano de Ação da União Europeia para a Economia Circular (CE, 2014; 2015) e o Plano de Ação para a Economia Circular de Portugal (PAEC, 2017 *apud* Cosenza *et al.*, 2020), como pode ser visto no Quadro 1.

Ações à nível macro	Elementos principais	Título da ação
Ação 1	Produto + Consumo	Desenhar, reparar e reutilizar: uma responsabilidade ampliada do produtor.
Ação 2	Consumo	Incentivar o mercado circular: investimento, produção, uso e consumo sustentável.
Ação 3	Consumo + Conhecimento	Educar para a economia circular: conhecer, aprender, comunicar e sensibilizar.
Ação 4	Consumo + Resíduos	Alimentar sem sobra: combate ao desperdício e redução de resíduos orgânicos.
Ação 5	Resíduos	Nova vida aos resíduos: resíduos, subprodutos e matérias primas secundárias.
Ação 6	Consumo + Resíduos	Regenerar recursos: reutilização da água e uso sustentável de nutrientes.
Ação 7	Conhecimento	Investigação e inovação em economia circular: investigação e inovação.

Quadro 1 - Plano de Ação para Adoção da Economia Circular

Fonte: Cosenza *et al.*, (2020, p.13).

A partir do exposto, pode-se constatar que tal plano vai além de reformulações nos produtos e processos, pressupondo também um processo educativo que mude mentalidades e práticas organizacionais e sociais. Numa perspectiva anticapitalista, seria possível incluir a filosofia minimalista e a educação ao não-consumo e formação de consumidores conscientes. No entanto, como a EC não se contrapõe ao capitalismo, mas se alinha ao mesmo, tornando-o mais ajustado às causas ambientais, ela busca trabalhar as questões de design de produto, processos de produção, consumo, gestão de resíduos e inovações, por exemplo (Cosenza *et al.*, 2020).

A partir das lógicas da solidariedade ao meio ambiente, do uso compartilhado dos recursos, da responsabilidade socioambiental, da harmonia entre ciclos e da eficiência energética, dentre outras, a EC parece reforçar as bases do tripé da sustentabilidade. Assim, é possível perceber certa aproximação com a ES, em termos de princípios econômicos e sociais, podendo tornar as práticas daqueles empreendimentos solidários mais circulares e verdes, mitigando também os impactos ambientais. Após esse delineamento geral, pode-se encerrar a discussão sobre a EC apontando alguns aspectos da sua trajetória no Brasil.

2.2.1 Sobre a Economia Circular no Brasil

As discussões sobre a implementação da EC no Brasil são recentes (Azevedo, 2015; Foster, 2016). “Na prática, esse tema começa a dar seus primeiros passos no Brasil meio que ‘ao sabor da onda’, como um ‘modismo’, com base em novas abordagens à gestão de resíduos” (Cosenza *et al.*, 2020, p.10). Embora a EC não tenha sido elevada à condição de política pública no País, não existindo nenhuma lei específica, diversas leis abarcam alguns dos seus princípios, a exemplo da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Alguns princípios da EC podem ser encontrados no seu artigo sétimo, como:

- Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;
- Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- Estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;
- Redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;
- Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;
- Gestão integrada de resíduos sólidos.

Em linhas gerais, a PNRS é orientada pelo Princípio dos 3Rs, que consistem em Reduzir, Reutilizar e Reciclar, o que não contempla totalmente a EC. Contudo, tal marco regulatório possui extrema relevância em virtude da grande quantidade de resíduos produzidos no Brasil, cuja estimativa, em 2012, estava em torno dos 62 milhões de toneladas, das quais apenas 2% retornaram às cadeias produtivas e o restante acabou em lixões (17,8%), aterros controlados (24,2%) e aterros sanitários (58%) (Azevedo, 2015). A PNRS se articula, ainda, com: a Política de Recursos Hídricos (PNRH), instituída em 1997; a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), de 1999; o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB) de 2007; e a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) de 2009 (Cosenza *et al.*, 2020).

Para um debate mais aprofundado quanto à adesão brasileira à EC, a partir da PRNS, sugere-se a leitura atenta do trabalho de Cosenza *et al.*, (2020), os quais apresentam, inclusive, indicadores de adesão da PNRS aos indicadores para transformar resíduos em recursos. Isso já é praticado em alguns setores, de modo que resíduos de uma cadeia produtiva podem dar início a outras cadeias, gerando sinergias entre elas, a exemplo do que acontece nos parques agroindustriais. Após essas considerações, pode-se buscar as aproximações entre a ES e a EC, o que consiste no foco do presente artigo, apresentando-se algumas das interfaces identificadas após se analisar com mais detalhes tais abordagens.

4. ANÁLISE INTEGRATIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA ECONOMIA CIRCULAR

Neste tópico serão realizados alguns comentários sobre as publicações que aproximam a Economia Solidária e a Economia Circular e, em seguida, serão apresentados fatores em comum observados nessas abordagens. Conforme informado anteriormente, na introdução, poucos artigos foram encontrados tratando tais abordagens em conjunto, como: Araújo e Vieira (2017), Ribeiro (2017) e Mendonça *et al.*, (2018). Vale salientar que as buscas feitas no Portal de Periódicos da Capes e nas bases de dados *Web of Science*, Scielo e Doaj, utilizaram apenas os termos “Economia Circular AND Economia Solidária” em português.

No trabalho de Araújo e Vieira (2017, p. 55), é introduzida a ideia da EC como oportunidade “de estruturar uma cadeia de recuperação dos materiais secundários a partir de cooperativas de catadores de materiais recicláveis”, alinhando-se, portanto, aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, recomendados pela ONU em 2015, sobretudo no que tange à erradicação da pobreza. Em seguida, os autores fazem ligação com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), no qual a ES “surge da oportunidade de gerar riqueza para populações que não estão inseridas no contexto econômico convencional e procura criar uma estrutura participativa em que todos tenham as mesmas possibilidades de produzir e influenciar a gestão [...]” (Araújo; Vieira, 2017, p. 55-56). Após abordar o contexto internacional da EC e sua relação com resíduos de equipamentos eletrônicos, passam a tratar da PNRS como base legal para uma Economia Circular e Solidária no Brasil, além de apontar experiências bem-

sucedidas, focadas no trabalho de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, a exemplo da cadeia do alumínio. A aproximação entre a EC e a ES é feita sem articular conceitos e sem evidenciar seus princípios, de modo que não fica claro para os leitores as nuances dessas abordagens.

Da mesma maneira, o trabalho de Ribeiro (2017) também tenta uma aproximação da EC com a ES, tomando por base o PNRS e a ação de catadores. O referido autor detalha bem as nuances teóricas da EC, evidenciando seus propósitos, ciclos, escolas de pensamento e alguns modelos internacionais, como a *Circular Economy Portugal*. Na sequência, desenvolve análises sobre a inserção dos catadores na EC, chamando-a de indústria do resíduo, que ocorre de duas maneiras: de maneira individual, como trabalhadores informais; e por meio da organização produtiva em cooperativas e associações, como agentes articulados. Ao focar apenas no resíduo, o autor mostra-se preocupado com o final da cadeia produtiva, esquecendo dos outros elos da cadeia que estão englobados dentro da temática da EC. Além disso, em nenhum momento se evidencia o termo “Economia Solidária”, deixando suas ideias implícitas na concepção de associações e cooperativas ligadas à coleta de resíduos recicláveis.

Por fim, o trabalho de Mendonça *et al.*, (2018) consiste no relato de um projeto de extensão intitulado “Promovendo a economia circular e solidária a partir do conceito Lixo Zero”, no qual “os conceitos de Economia Solidária, Economia Circular e Lixo Zero são utilizados, conjuntamente, neste contexto, como base teórica para transformação nas problemáticas sociais e dos resíduos, assim como o desenvolvimento sustentável” (Mendonça *et al.*, 2018, p. 71). É colocado o conceito de ES como uma maneira de se desenvolver valores de solidariedade em uma sociedade, apoiando-se a cultura e necessidades locais. Por outro lado, a EC é apresentada como modelo sustentável que visa o reaproveitamento de materiais, reduzindo impactos ao meio ambiente. Sem mais discussões conceituais, os autores descrevem as aplicações práticas de tais conceitos junto a alunos, como: feirinha solidária; implementação de horta; e várias oficinas (minhocário, ecocadernos, papel reciclado, origami, carteira e estojo com caixa de leite, brincos e colares com material reciclado).

O ponto em comum entre os trabalhos encontrados está na experiência empírica observada, a partir das cooperativas ou associações de catadores de resíduos, que podem estar fazendo essa interseção entre as temáticas da EC e da ES de forma prática. Por um lado, tais agentes sociais e ambientais ajudam o meio ambiente com a coleta de resíduos (princípio da EC), e, por outro lado, unem-se em forma de associações e cooperativas, desenvolvendo os princípios da solidariedade, democracia e autogestão (princípios da ES).

Assim, na experiência cotidiana dos catadores de materiais recicláveis, a EC e a ES se congregam, dando forma a proposta organizativa desses trabalhadores, e fazendo com que resíduos sejam utilizados por mais tempo. No entanto, existem outras organizações que já são concebidas para atuar de forma solidária e circular, a exemplo das cooperativas agroindustriais que processam frutas e destinam seus resíduos para elaboração de outros produtos. A seguir, serão evidenciados outros aspectos que aproximam tais abordagens.

4.1 FATORES INTEGRATIVOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA ECONOMIA CIRCULAR

Diante do que foi explorado e descrito até o presente momento, a imersão teórica nas duas modalidades de economias, a solidária e a circular, permitiu a observação de fatores que as aproximam e as diferenciam. É importante notar que toda articulação teórica pode se configurar como contingente, precária e incompleta, visto que depende da acessibilidade dos textos, capacidade analítica, visão de mundo de quem analisa etc. Vários outros fatores, além dos evidenciados no Quadro 2, podem surgir a partir de outros olhares e compreensões.

FATORES	ATRIBUTOS DE AFERIÇÃO	
	Economia Solidária	Economia Circular
<i>Foco</i>	Reparação social	Reparação Ambiental
<i>Motivação</i>	Crise social	Crise ambiental
<i>Emancipação</i>	Humana	Da natureza
<i>Gerenciamento</i>	Autogestão	Ciclos fechados
<i>Sustentabilidade</i>	Social/Econômica	Industrial/Ambiental

Quadro 2– Fatores integrativos da Economia Solidária e da Economia Circular

Fonte: Elaboração própria (2021).

Em princípio, as duas abordagens estão ligadas pela crítica ao capitalismo, uma questionando principalmente a exploração do trabalhador, e a outra centrando sua crítica na exploração do meio ambiente. Na primeira situação, a ES rompe a separação entre capital e trabalho, lógica hegemônica do capitalismo, tornando os trabalhadores também donos dos meios de produção. Na segunda situação, a EC busca romper com a lógica da economia linear, modificando práticas de produção e consumo, de modo a permitir a restauração do ciclo da natureza.

Na ES, foi a crise do capitalismo que demonstrou a ineficácia desse modelo e a concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas. Partindo de uma inquietação semelhante, a EC também surge da necessidade de superar crises ambientais em decorrência do próprio capitalismo e da acumulação de riquezas. Estudiosos passam, então, a pensar em novas fontes de energia que substituam ou reduzam o consumo de recursos finitos, fomentando a equidade socioambiental. Existe também uma forma de solidariedade na EC quando se estimula o compartilhamento de tecnologias entre organizações de um mesmo setor.

Apesar da crítica ao capitalismo, ambas buscam o desenvolvimento econômico, dando mais enfoque ao social, no caso da ES, e ao ambiental, no caso da EC. Como foi comentado anteriormente, ao se tecer comentários sobre o histórico da ES, a solidariedade entre os trabalhadores os permitiu continuar as atividades das empresas falidas de modo a manter o sustento dos trabalhadores. Posteriormente, tal formato de gestão compartilhada e solidária foi guiando o desenvolvimento de outros empreendimentos solidários, de modo a emancipar e empoderar o trabalhador, resgatando a dignidade humana, o autorrespeito e a cidadania de pessoas à margem da sociedade (COSTA, 2017). Por sua vez, a EC emancipa a natureza, permitindo que ela se regenere com menos exploração e impactos.

As lógicas dessas duas abordagens são distintas, porém se completam. Ambas consistem em modelos de economias, mas também novas visões de gestão. De acordo com Singer (2002), talvez a principal diferença entre a economia capitalista e a ES seja justamente o modo como as empresas são administradas. Enquanto nas empresas capitalistas se aplica a hetero gestão, baseada em níveis hierárquicos em que a competição costuma ser estimulada, na ES os trabalhadores buscam desenvolver a autogestão, ou seja, uma administração democrática, onde as informações fluem em todos os sentidos e todos são responsáveis por decidirem juntos, estimulando-se a cooperação. Sardá e Novaes (2012, p. 155) explicam que “em linhas gerais, a autogestão significa o desenvolvimento de relações sociais novas, coletivistas, igualitárias e fundadas em práticas de democracia direta nos espaços da produção e da sociedade em geral”. Na EC, por sua vez, a gestão em ciclos fechados pode ser entendida como uma gestão integrada de cadeias produtivas, buscando sinergias entre elas.

Na ES, as organizações se caracterizam por valores democráticos e igualitários, que promovem a emancipação humana, lutando contra a exploração do trabalhador ao promover práticas de responsabilidade socioambiental com foco tanto interno quanto externo, e, ainda desenvolvendo redes comerciais e políticas para articulação e união de grupos de interesse. Na EC, as organizações precisam repensar suas práticas, também desenvolvendo modelos de gestão que consigam reverter impactos ambientais, reabsorver resíduos, modificar mentalidades do mercado etc. Nesse sentido, redes de cooperação também podem ser realizadas, visando

criar sinergias entre as organizações presentes em um parque industrial ou ecoparques, por exemplo (Foster, 2016). Nestes, as empresas estariam em um círculo fechado, em que um resíduo de uma empresa seria parte integrante na produção da outra empresa e assim vice-versa.

Na ES, aparentemente, existe uma preocupação maior com o desenvolvimento econômico e social, ou seja, através dessa economia busca-se gerar emprego e renda, melhorando a qualidade de vida para os envolvidos. Entretanto, o movimento da economia solidária também demonstra preocupações com a questão ambiental, orientando, ainda que indiretamente, o desempenho ambiental das organizações. Combinando as duas preocupações, o movimento propõe o desenvolvimento local sustentável solidário como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista. Desenvolvimento sustentável solidário, portanto, significa o desenvolvimento de todos os membros da comunidade de forma conjunta, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de meios essenciais de produção ou distribuição, respeitando os valores culturais e o patrimônio ecológico local (SENAES, 2015).

A Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas dos trabalhadores e de setores excluídos da sociedade que tenham como foco principal a valorização do ser humano. Dentre elas podemos destacar [...] XIII. A luta ambientalista pelo desenvolvimento sustentável, pela preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas (SENAES, 2006, p.5).

Já a EC, como mencionado anteriormente, foi fundamentada na sustentabilidade industrial, de forma a fazer as empresas produzirem produtos que possam ser reutilizados e reciclados várias vezes, protegendo mais os recursos naturais e trazendo economia para as próprias empresas. Persegue-se, portanto, o desenvolvimento econômico respeitando o desenvolvimento ambiental. No entanto, em nenhum momento, nas suas teorizações, menciona-se algo relacionado ao âmbito social. É aqui que as duas abordagens podem se complementar na medida em que cooperativas ou agroindústrias, atreladas à agricultura familiar ou não, surgem visando melhorar a qualidade de vida dos seus membros, mas também a qualidade ambiental, a partir de práticas comprometidas com a restauração do meio ambiente.

O conceito de Emancipação Humana, dentro da proposta da ES, também perpassa a libertação das pessoas da lógica de exploração através do consumo propagada pelo capitalismo. Os empreendimentos econômicos solidários devem promover o consumo consciente, o comércio justo e relações éticas com seus clientes, fornecedores, governos etc. Assim, a visão econômica da ES ressoa os próprios princípios dessa proposta, tratando-se de uma proposta de modelo econômico alternativo que rompe com a lógica de exploração do outro (SENAES, 2006; 2015). Já a Economia Circular vem trazendo a Emancipação da Natureza, ou seja, a liberdade dada para a natureza se restaurar, sendo preservada ou, no mínimo, menos explorada. Intenciona-se, a busca por fontes renováveis de energia que não usem de maneira inconsequente a natureza, criando caminhos para uma produção mais limpa e com uso consciente dos recursos naturais.

Empresas precisam desenvolver competências de *design* para facilitar a circulação, o reuso, a reciclagem e o aproveitamento de produtos em múltiplos ciclos (FEM, 2015). A EC visa promover, portanto, o aproveitamento e reaproveitamento sistemático de produtos industrializados, bens duráveis e não-duráveis, desde a etapa de concepção de projeto, até mesmo após a sua reutilização (Abdalla; Sampaio, 2018). Assim, é possível que empreendimentos solidários surjam com propostas consoantes à lógica da EC, indo além do trabalho de catadores em direção a atividades que ampliem a solidariedade entre organizações, visando o bem do planeta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber que as abordagens da Economia Solidária quanto da Economia Circular emergem a partir de crises no capitalismo, situadas na década de 1970, comprometendo a noção de desenvolvimento econômico. Por um lado, percebe-se a ameaça à sustentabilidade social com o comprometimento de emprego e renda, e, por outro, a ameaça à sustentabilidade ambiental e o comprometimento de recursos naturais não-renováveis, respectivamente. Ambas repousam, portanto, na crítica ao modo hegemônico de produção, que explora a força de trabalho e a natureza, apontando novas perspectivas de gestão mais democráticas, responsáveis e sustentáveis.

A principal intercessão entre essas duas economias consiste, justamente, na sustentabilidade, porém cada uma priorizando determinada lógica. O desempenho econômico é buscado na ES motivado pela lógica da solidariedade e do comprometimento com a causa social dos trabalhadores a priori, enquanto a causa ambiental pode surgir a posteriori. Já na EC, a motivação é mais ambiental, ficando a causa social praticamente fora dessa abordagem. Nesse sentido, é possível perceber que ambas podem se complementar, harmonizando o tripé da sustentabilidade, ou seja, a busca conjunta do desenvolvimento econômico, social e ambiental (Barbieri, 2017).

Alinhando-se solidariedade e circularidade dentro da missão de uma organização, pode-se desenvolver práticas de gestão levando em consideração políticas industriais e ambientais, visando melhorias na qualidade de produtos, na qualidade de vida e na qualidade ambiental. As organizações que atuam dentro da Economia Circular Solidária (ou da Economia Solidária Circular) devem buscar a excelência do desempenho econômico, social e ambiental, o que está relacionado à responsabilidade socioambiental. As práticas devem ser não apenas limpas, mas também inteligentes, integradas, compartilhadas, sustentáveis e circulares. Outro grande desafio consiste em perceber até que ponto o gerenciamento dessas organizações está se aproximando da autogestão ou da heterogestão, e como estão se posicionando estrategicamente frente à cooperação ou à competição.

Como foi percebido, os estudos brasileiros que buscaram aproximar tais abordagens convergem na Política Nacional de Resíduos Sólidos, como base para o desenvolvimento de estudos, sobretudo com catadores de recicláveis. Porém, é importante salientar que a circularidade e a solidariedade podem ser mais bem visualizadas em outras organizações, a exemplo das cooperativas agroindustriais. Como resultado, identificou-se que as duas abordagens estudadas são convergentes pela visão integrativa dos fatores: foco, motivação, emancipação e gerenciamento, os quais são desdobrados em atributos de aferição do modelo de produção e consumo contemporâneo. Futuros trabalhos podem estar partindo do presente esforço de articulação teórica para aprimoramento de outras análises que, de fato, evidenciem a circularidade no contexto das associativismo e cooperativismo e, possivelmente, resultem em modelos analíticos e evidências práticas mais acuradas.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, F. A.; SAMPAIO, A. C. F. Os novos princípios e conceitos inovadores da Economia Circular. **Entorno Geográfico**, n. 15, p. 82-103, 2018.

ARAÚJO, M. G.; VIEIRA, A. O. A Economia Circular Pode Ser Solidária. In: BESEN, G. R.; FREITAS, L.; JACOBI, P. R. (Orgs.). **Política nacional de resíduos sólidos: implementação e monitoramento de resíduos urbanos**. São Paulo: IEE USP: OPNRS, 2017.

AZEVEDO, J. L. A Economia Circular Aplicada no Brasil: uma análise a partir dos instrumentos legais existentes para a logística reversa. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, **Anais...** 2015. ISSN 1984-9354.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2017.

COSENZA, José Paulo; ANDRADE, Eurídice Mamede de; ASSUNÇÃO, Gardênia Mendes de. Economia circular como alternativa para o crescimento sustentável brasileiro: análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, p. 16147, 2020.

FEM - Fundação Ellen McArthur. **Rumo à Economia Circular**: o racional de negócio para acelerar a transição. 2015. Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a%CC%80-economia-circular_Updated_08-12-15.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

FOSTER, A.; ROBERTO, S. S.; IGARI, A. T. Economia circular e resíduos sólidos: uma revisão sistemática sobre a eficiência ambiental e econômica. Encontro Internacional Sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, **Anais...** São Paulo, 2016.

GADOTTI, M. **Economia Solidária Como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2003.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 84, p. 81-99, 2009.

LEITÃO, A. Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. **Journal of Finance, Management and Accounting**, v. 1, n. 2, p. 150-171, 2015.

LEITE, M. P. A. Cooperativas e trabalho: um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: GEORGES, I. P. H.; LEITE, M. P. A. (Org). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

LEITE, M. P.; ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. C. **O trabalho na economia solidária**: entre a precariedade e a emancipação. São Paulo: Annablume, 2015.

LIMA, J. C. O Trabalho em Cooperativas: Dilemas e Perspectivas. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (org). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 69-80.

LIMA, J. C. Cooperativas de Reciclagem de lixo no Brasil: A autogestão da Pobreza. In: LEITE, M. P.; ARAÚJO, A. M. C.; LIMA, J. C. (Org). **O trabalho na economia solidária: entre a precariedade e a emancipação**. pp. 325-333. São Paulo: Annablume, 2015.

MENDONÇA, T. T.; SCHMITZ, M. D.; ANDRADE, I. T. Inserindo o conceito lixo zero e a economia sustentável em escolas públicas de Florianópolis. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 15, n. 29, p. 70-80, 2018.

GeCont, v. 8, n. 1, *Florianópolis*, Jan-Jun. 2023.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária – Fórum Brasileiro de Economia Solidária - Grupo de trabalho de Formação em Economia Solidária. **Relatório Final da II Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária**. Brasília: 2007.

PIMENTA, R.; POGGI, F.; FIRMINO, A. M. V. Economia Circular como contributo para a implementação de medidas de eficiência energética ao nível dos Municípios/Associações de Municípios. In: Proceedings of the 25th APDR Congress, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), **Anais...** 2018. p. 527-537.

RIBEIRO, S. S. A Inserção de catadores de materiais recicláveis na economia circular. In: Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade-Cods, **Anais...** v. 8, P. 02-15, 2017.

RIBEIRO, F. de M.; KRUGLIANSKAS, I. A Economia Circular no contexto europeu: Conceito e potenciais de contribuição na modernização das políticas de resíduos sólidos. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA), 16, **Anais...** São Paulo, 2014.

SARDÁ, M. Oito Anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES): significados e perspectivas. **Boletim Mercado de Trabalho – IPEA**. n. 48, ago. 2011, p. 57-70.

SARDÁ, M.; NOVAES, H. T. O sentido histórico da autogestão. In: BENINI, A. *et al.*, (orgs). **Gestão pública e sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. Volume 2. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SEHNEM, S.; PEREIRA, S. C. F. Rumo à Economia Circular: Sinergia Existente entre as Definições Conceituais Correlatas e Apropriação para a Literatura Brasileira. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 1, p. 35-62, 2019.

SENAES. **I Conferência Nacional de Economia Solidária** – Brasília, 26 a 29 de junho de 2006: Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. Brasília, 2006.

SENAES. **Economia Solidária na Política Pública Municipal**. Brasília, 2015.

SIES - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas de Economia Solidária no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em: 12 de dez. de 2021.

SÍGOLO, V. M.; POMPEU, L. P.; ATOLINI, T. M. **Dialética da autogestão em empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil**. Editora Lutas Anticapital, 2019.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados**, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004.